

programa
EDUCAÇÃO
FISCAL
do paraná

PEF PR

VIV NCIAS
PEDAGÓGICAS

OFICINA E
TEATRO

cole o educa o fiscal no paraná

viv ncias pedagógicas oficina e teatr
as oficina e teatro viv ncias pedagógicas
v ncias pedagógicas oficina e teatro oficina e teatro

COLEÇÃO EDUCAÇÃO FISCAL DO PARANÁ, V. 2

**MARCILIO HUBNER DE MIRANDA NETO
E OUTROS AUTORES**

**VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS:
OFICINA E TEATRO**

Curitiba - 2005

EDUCAÇÃO FISCAL NO PARANÁ

Vivências Pedagógicas - Oficina e Teatro

© 2005 Grupo de Educação Fiscal do Paraná

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja mencionada a fonte.
Esta obra faz parte de uma coleção intitulada *Educação Fiscal no Paraná*.

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional, conforme Decreto Federal n.1825/1907,
datado de 20 de dezembro de 1907.

Ilustrações (gentilmente cedidas)

Ziraldo Alves Pinto

Autor Marcílio Hubner de Miranda Neto - Universidade Estadual de Maringá

Co-autoria Lucianara Nehls - Coordenação da Receita do Estado
Vera Lúcia Vulchak - Coordenação da Receita do Estado
Sonia Elisabeth Maia - Coordenação da Receita do Estado
Rosa Fátima dos Santos - Coordenação da Receita do Estado
Walmir Francelino Mota - Universidade Estadual de Maringá
Carlos Alberto Stadler - Coordenação da Receita do Estado
Luis Carlos Macoris - Coordenação da Receita do Estado
Décio Rui Pialarisse - Receita Federal do Brasil
Marcos Luchiancenkol - Receita Federal do Brasil

Colaboradores Antônio Jordão da Silva Junior - Receita Federal do Brasil
Cinthya Vernizi Adachi de Menezes - Secretaria de Estado da Educação
Célia Regina Bovo Passaglia - Secretaria de Estado da Educação
Valdice Raquel Wagner - Secretaria de Estado da Educação
Francisco Horst Bignardi Reinhardt - Receita Federal do Brasil
Tereza Cristina Rocha Bélico - Receita Federal do Brasil

Revisoras Marlise de Cássia Bassfeld
Bernadete Dal Molin Schenatto - Secretaria de Estado da Educação

Entidades Patrocinadoras: Coordenação da Receita do Estado
Secretaria de Estado da Educação
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Catálogo no Centro de Documentação e Informação Técnica da SEED-PR

Miranda Neto, Marcílio Hubner et al.

Vivências pedagógicas: oficina e teatro / Marcílio Hubner de Miranda Neto et al.
- Curitiba : SEED-PR., 2005. - p.: il. - (Educação fiscal, v. 2).

Vários autores.

ISBN 85-380-10-1

1. Educação fiscal. 2. Educação fiscal paranaense. 3. Tributos. 4. Arrecadação.
5. Cidadania. I. Programa Nacional de Educação Fiscal. II. Programa de Educação
Fiscal do Paraná. III. Grupo de Educação Fiscal do Paraná. IV. Série.

CDU 37+35.073.6(816.2)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

1 – VENDINHA DO FISCO: uma oficina de vivência da Educação Fiscal

1.1 Descrição da proposta	7
1.2 Montando a vendinha	8
1.3 Iniciando a oficina	9
1.4 Regras da brincadeira	9
1.5 Definindo os papéis	9
1.6 Indo às compras	9
1.7 Concluindo os trabalhos	10
1.8 Orientações	11

2 – O AUTO DA BARCA DO FISCO

2.1 Contextualizando a peça	11
2.1 Como contribuir com novos personagens para o <i>Auto da Barca do Fisco</i>	12
2.3 Quando apresentar a peça	13

3 – TEXTO: O AUTO DA BARCA DO FISCO

Cena 1	14
Cena 2	14
Cena 3	14
Cena 4	15
Cena 5	16
Cena 6	17
Cena 7	18
Cena 8	19
Cena 9	20
Cena 10	22
Cena 11	24

Apresentação

Com o intuito de registrar as experiências e as ações significativas desenvolvidas pelo Programa Estadual de Educação Fiscal, o Grupo Educação Fiscal do Paraná (Gefe-PR) apresenta a coleção Educação Fiscal no Paraná.

Os conteúdos pertinentes à coleção estão publicados em dois Volumes:

No **Volume 1**, apresenta-se a síntese do Programa Nacional e os relatos das principais experiências no âmbito do Programa de Educação Fiscal no Paraná.

No **Volume 2**, descrevem-se detalhadamente os procedimentos para a dinâmica da oficina *Vendinha do Fisco*, bem como o texto da peça teatral *O Auto da Barca do Fisco*, com sugestões de variação na sua apresentação.

Desse modo, espera-se que ambos constituam uma referência útil na transmissão dos conhecimentos em questão e no atendimento ao interesse da ampliação das garantias constitucionais - nas ações de dever e direito -, ou seja, do pleno exercício da cidadania.

Curitiba, dezembro de 2004

1

VENDINHA DO FISCO: UMA OFICINA DE VIVÊNCIA DA EDUCAÇÃO FISCAL

1.1 Descrição da Proposta

A *Vendinha do Fisco* é uma oficina pedagógica idealizada por Elisabete Maria Rusche, auditora-fiscal da Receita Estadual, e tem por objetivo utilizar o lúdico para ensinar e aprender educação fiscal e cidadania, com enfoque nos direitos e deveres do cidadão, quanto à arrecadação e aplicação dos tributos em benefício da população.



Como se trata de uma oficina pedagógica, a criança deve aprender fazendo. Por isso, é estabelecido um jogo por meio do qual ela deverá ter atitudes compatíveis com as de qualquer cidadão, na compra de produtos, diretamente do produtor ou do comércio estabelecido.

Na *Vendinha do Fisco*, as crianças utilizam fichas, mercadorias e cédulas de dinheiro figuradas. Toda a venda deve ser documentada com nota fiscal e registrada nos livros fiscais. O imposto, calculado em cada nota, deve ser somado em uma guia de recolhimento a ser paga nos bancos, que, por sua vez, fazem o repasse do recurso para o governo.

Ao final de cada brincadeira, o professor ou o monitor fará os pequenos cidadãos escolherem, com responsabilidade, qual serviço público será financiado com o imposto por eles recolhido. A escolha deverá ser precedida da análise das reais necessidades daquela comunidade e do recurso disponível para o serviço que pretendem. Essa atividade deve ser um dos destaques do trabalho.

A oficina busca também mostrar aos participantes que parte do preço pago pela mercadoria são impostos e que essa parcela embutida no preço deve ser recolhida pelo comerciante aos cofres do governo. Esse último, por sua vez, deve reverter os valores em serviços públicos necessários ao bem-estar dos cidadãos.

A nota fiscal é, portanto, a garantia de que está contabilizado o valor dos impostos a serem recolhidos e, posteriormente, revertidos em construção de escolas, hospitais, asilos, creches; pagamento de salários a médicos, enfermeiros, professores, policiais; construção de rodovias; manutenção de ruas limpas e asfaltadas etc.

Depois desse exercício, os professores ou monitores abrem a discussão em torno do compromisso de cada cidadão com o recolhimento dos tributos e com o acompanhamento da sua aplicação e das responsabilidades do governo em relação aos recursos tributários recolhidos pelo povo. Essa segunda atividade deve ser trabalhada como outro destaque na oficina.

1.2 Montando a vendinha

A vendinha poderá ser montada com materiais improvisados pelos professores e alunos ou, ainda, com o *kit* criado para tal finalidade, o qual poderá ser obtido mediante solicitação à Receita Estadual.

O *kit* é composto de um baú alaranjado, que cabe em uma caminhonete ou perua.

A oficina requer razoável espaço havendo, porém, duas opções distintas de realizá-la: completa e reduzida.

Para a montagem completa, o espaço ideal é uma área de cinquenta metros, de preferência em frente ao pátio (espaço central), onde circularão os participantes. Ao lado da vendinha, serão montados dois atacados onde os comerciantes farão as compras dos produtos para repor seus estoques; se possível, caracterizando-se um espaço para representar um Banco.

Para a montagem reduzida, geralmente empregada em eventos, é preciso uma área mínima de vinte metros, de modo que a Vendinha fique de frente para o pátio ou corredor, fluxo das pessoas.

Uma vez definido o espaço e posicionado o *kit*, proceda da seguinte forma:

- a) abra os cadeados e movimente o baú em forma de leque, posicione suas duas partes, formando um longo balcão;
- b) parafuse as duas paredes internas para fixação do balcão da Vendinha;
- c) monte a ferragem da estrutura para a casinha, obedecendo encaixes existentes nas pontas das partes que, para facilitar, seguem numeradas;
- d) monte a estrutura da cobertura. Depois, acrescente as colunas de forma que a cobertura se eleve naturalmente;
- e) após ter montado a estrutura da casinha, prenda pelos botões de pressão a lona azul para a cobertura e a outra para fechar o fundo da casinha. Assim, finaliza-se a montagem da estrutura externa.

Para a estrutura interna, siga os seguintes passos:

- a) separe salários, em número suficiente para o número previsto de participantes;
- b) afixe as duas tabelas de preços em local visível a todos;
- c) afixe os expositores de produtos que devem ser amarrados, um em cada coluna frontal da Vendinha, com colocação dos ganchos expositores;
- d) afixe a Placa VENDINHA DO FISCO na frente, em cima, conforme encaixes existentes na estrutura de ferro;
- e) arrume o balcão com: dois talões de notas fiscais, duas calculadoras, duas canetas, dinheiro para troco e para a primeira compra nos atacados, além de duas cadeiras para os vendedores;
- f) em local reservado, deve-se manter uma GR-PR para a hora da conclusão.

Observações

Quando a oficina for realizada na versão completa, deve-se organizar os dois atacados e o Banco (se houver espaço para ele), dispensando, para cada um, uma mesa e uma cadeira que terão, ao lado ou atrás, uma bandeirola (*banner*) identificando-os.

As bandeirolas identificadoras da Receita Estadual e da Educação Fiscal devem ser adequadamente posicionadas.

Concluída a oficina, deve-se organizar todos os acessórios de forma a tê-la pronta para nova rodada. Para isso, terminada a parte prática, um monitor pode realizar a conclusão e o outro (ou outros) já providenciar a reorganização dos materiais. Na sequência, não havendo nova rodada, deve-se desmontar o *kit* e compactar as partes para permitir-lhe o fechamento.

1.3 Iniciando a oficina

Os trabalhos podem ter início com uma palestra, com a exibição do filme *Conversando sobre a Educação Fiscal* ou com o desenho animado *Que nem gente grande*, que apresenta uma situação similar à que será vivenciada na oficina.

Se a opção para iniciar os trabalhos for a exibição do filme ou do desenho animado, sugere-se uma saudação inicial, auto-apresentação dos monitores e comentários sobre a intenção de trabalhar alguns conhecimentos sobre *cidadania*, que se pode definir rapidamente como “o conjunto de direitos e deveres do cidadão”.

É importante destacar que não é cidadania quando exercemos somente direitos ou somente deveres. Assim, quem cumpre o dever de pagar impostos pode exigir que o Estado cumpra suas obrigações básicas, oferecendo à população serviços de qualidade como: *saúde, segurança e educação*.

Observar o padrão socioeconômico do grupo é fundamental para se adequar a fala à realidade dele. Recomenda-se o uso de expressões comuns ao cotidiano das crianças como: polícia na rua, bombeiro, posto de saúde; médicos, hospitais; ruas limpas e asfaltadas, bons professores, fiscais e funcionários competentes. Essa introdução não deve ser superior a cinco minutos.

Em seguida, exhibe-se o filme, que reforça os conceitos recomendados.

Se a opção para iniciar for uma palestra sobre cidadania, segue-se o roteiro sugerido acima, estendendo-se, porém, de 12 a 15 minutos, a depender do aproveitamento observado. Quando possível, vale empregar os dois recursos: o filme e a palestra.

1.4 Regras da brincadeira

Após a palestra e ou a exibição do desenho animado, são estabelecidas as regras da brincadeira:

- *número um*: todo o material usado deverá ser devolvido ao final da brincadeira (no encerramento dar as respectivas **notas fiscais** das compras a cada um);

- *número dois*: sugerir que formem fila para facilitar que todos comprem;

- *número três*: sugerir que comprem dois ou três produtos por vez, para a brincadeira ser mais ágil. Assim, todos os participantes farão várias compras. As crianças costumam comprar pelo menos um produto de cada item;

- *número quatro*: sugerir a observância do aspecto econômico do salário. O “Pai” (governo) tem de fazer muitas coisas com o “Salário” (imposto arrecadado), logo, deve ser gasto com seriedade.

1.5 Definindo os papéis

Os papéis são definidos da seguinte maneira:

- a) definem-se duas crianças como vendedoras da vendinha e duas como vendedoras dos dois atacados;

- b) distribui-se um salário para cada participante e dinheiro para a vendinha, cuja quantia deve ser o suficiente para a compra no atacado e um pouco para troco;

- c) recomenda-se que o salário dos participantes seja igual a um *salário mínimo*, para que assim já se trabalhe, também, noção de economia doméstica e orçamento etc.

1.6 Indo às compras

Os donos vão aos *atacados* fazer suas compras e expõem os produtos na Vendinha, para, então, começar a venda ao público.

As crianças vão até o expositor, escolhem o que comprar e, nesse momento, o monitor alerta para que escolham bem, de forma a comprar os produtos mais necessários e na quantidade certa (*conceito de responsabilidade pelas escolhas*), para não desperdiçar, comprando o que é mais importante e nas quantidades necessárias.

Vale observar que não é preciso gastar todo o

dinheiro, pois o que sobrar dá para economizar e fazer uma poupança para o futuro (*conceito de economia e poupança*).

Durante as compras, recomenda-se fazer a soma dos preços dos produtos que comprarão, para ver se o dinheiro é suficiente. Ao pagarem as compras feitas, é emitida a *nota fiscal*, com a relação dos produtos comprados por cada criança, onde são especificados o preço individual e o total.

Os monitores devem acompanhar as primeiras emissões de Notas Fiscais. Estando certas, deixa-se a brincadeira fluir.

Quando as crianças questionam para que serve a nota fiscal, introduz-se o *conceito de imposto*, explicando que se trata de uma parte do que se paga pelos produtos e que deverá ir para o Estado. É com o dinheiro dos impostos que o governo paga o salário dos professores, contrata policiais, constrói escolas, ginásios de esportes, postos de saúde. Se não for pedida a nota fiscal, não há garantia de que o imposto será recolhido e que o Estado possa reverter esse valor para prestar os serviços sociais à população.

Além de servir para recolher os impostos, a nota fiscal é importante porque serve como *garantia de troca* de mercadorias com defeitos, e garante também a *propriedade e origem do produto*: quem possui nota fiscal, comprou e é o dono.

Outros conceitos importantes podem ser trabalhados nesse momento, como o de *orçamento familiar e de orçamento público*, observando que os pais da criança que cuidam da família gastam conforme o orçamento do salário mensal, e assim também é com o Estado, com o dinheiro que recolhe dos impostos. O governo que é quem cuida do Estado, também não pode gastar mais do que arrecada. Assim como na casa de cada um tem o responsável, ou responsáveis pelo sustento da família, existe o governo para cuidar da administração do Estado e usar o dinheiro dos impostos da melhor forma possível.

Compara-se aqui a administração da família com a administração do Estado e introduz-se o conceito de Estado, governo, administração pública e orçamento público, entre outros.

Por ser o dinheiro dos impostos pagos por todos nós, tem-se a obrigação de fiscalizar o governo da nossa

cidade, do Estado em que se mora e do país, zelando para que se faça bom uso do dinheiro, que é de todos, e não se gaste com coisas desnecessárias. *O conceito a ser passado aqui é o da responsabilidade social e cidadania, dando a idéia de que os bens públicos também são nossos e devem ser cuidados por nós, como por exemplo, a nossa escola.*

É importante deixar sempre claro para os alunos e para a população que se quer formar cidadãos com consciência social e não apenas pagadores de impostos. Enfatiza-se a importância social que o tributo tem no processo da condução da máquina pública, investimentos e manutenção dos serviços sociais. Dessa forma, por esse processo de comércio de produtos, podem ser trabalhados diversos conceitos que ultrapassam aos expostos aqui e que poderão ser constantemente atualizados, inovados e aprimorados.

1.7 Concluindo os trabalhos

Numa escola ou local sem ruídos, em ambiente propício, a brincadeira (prática) dura entre *uma hora e uma hora e meia*, até que se perceba a necessidade de conclusão. Sempre que houver oportunidade, os monitores devem reforçar os ensinamentos, falando sobre o significado do imposto; destacando que ele é fundamental para a sociedade, bem como é necessário que haja consciência dos deveres e dos direitos do cidadão.

Sendo ambientes considerados agitados, as *feiras, festas e eventos públicos*, com saturação de gente e alto volume de som, é coerente que se façam rodadas consecutivas. Nesse caso, recomenda-se que a parte prática dure enquanto todas as crianças façam uma compra e então se concluam as brincadeiras, com reforço do aprendizado, pelo tempo necessário, que é, em média, de meia hora.

Para a conclusão, sugere-se, sempre que possível, distribuir a cartilha *Educação Fiscal para a Sociedade*. Recomenda-se aos participantes que levem as notas fiscais de sua compra e que, quando em sala de aula, comentem com a professora sobre a brincadeira e peçam-lhe que fale sobre os impostos

e as obrigações do governo e a sua importância na vida das pessoas.

A conclusão pode ocorrer de duas formas:

a) Primeiro, apura-se a soma das vendas dos três estabelecimentos (ou um se foi feito somente a *Vendinha*). Preenchendo-se a GR-PR (simulação simplificada) de cada estabelecimento, recolhe-se o valor junto ao Banco (um monitor ou um auditor faz esse papel).

Para este fim, recomenda-se trabalhar com o percentual de dez por cento, a fim de facilitar a fixação dos conteúdos.

Feito isso, conclui-se com a apresentação do Jogo *Percorrendo o Paraná* que reforça os ensinamentos da oficina, e se faz um agradecimento a todos, ou

b) com nova palestra, agora mais curta (no máximo cinco minutos), reforça-se os ensinamentos iniciais - sempre provocando e valorizando a interação dos participantes.

Havendo tempo, nada impede que se usem os dois recursos (jogo e palestra).

1.8 Orientações

Procure perceber o perfil socioeconômico do público alvo e falar-lhes de forma que a linguagem, os exemplos, os serviços do governo sejam adequados à sua realidade e, a partir dela, trabalhar novos conceitos e novas idéias.

2

O AUTO DA BARCA DO FISCO

Autor:

Marcílio Hubner de Miranda Neto – professor do Departamento de Ciências Morfofisiológicas da Universidade Estadual de Maringá.

Inspiração da peça:

Elementos da cultura popular, *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna e *O Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente.

Consultores para o texto:

Décio Rui Pialarissi – Delegado da Receita Federal de Maringá.

Gerry César Barankievcz – Chefe da Fiscalização da Receita Federal de Maringá.

Maria Inês Battagline – Professora da rede pública municipal de Marialva e da rede particular de Marialva e Jandaia, Paraná.

2.1 Contextualizando a peça

Para que haja mudança de comportamento na sociedade, com o despertar da consciência de cidadania, é necessário que haja uma ação educativa permanente e sistemática, voltada ao desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores compatíveis com o objetivo em questão.

A educação fiscal é um trabalho de conscientização da sociedade para a função socioeconômica do tributo. Nessa função, o aspecto econômico refere-se à otimização da receita pública, cujo aspecto social diz respeito à aplicação dos recursos em benefício da população.

Infelizmente, a população do Estado do Paraná, como ocorre em outros estados brasileiros, ainda não tem plena consciência do seu dever de contribuir para a arrecadação de tributos e para fiscalizar a respectiva aplicação, o que lhe amplia

o direito de acesso a serviços e bens públicos de qualidade.

A fim de contribuir para que haja uma mudança desse quadro, a montagem do texto *O Auto da Barca do Fisco* pretende, por meio de uma linguagem direta, alcançar uma reflexão que atinja os mais variados lugares, situações e faixas etárias, para motivar a discussão de propostas que diversifiquem as ações da Educação Fiscal no Paraná.

A peça foi inspirada no *Auto da Barca do Inferno*, peça do teatro medieval escrita por Gil Vicente, autor que viveu em Portugal entre os anos de 1470 e 1536. Em seus autos, criticava a conduta da sociedade europeia, em especial a de Portugal que, devido à expansão marítima e do comércio, havia se tornado uma nação próspera. Contudo, a prosperidade e a riqueza deram lugar à megalomania, à ostentação e à busca do enriquecimento fácil e ilícito. Enquanto alguns enriqueciam rapidamente, grande parte do povo vivia na miséria.

Mesmo por meio de uma análise superficial, percebemos que, do mundo medieval para o mundo atual, as mudanças foram muito pequenas: as desigualdades, a injustiça social, a exploração de uma nação por outra e a corrupção têm muito em comum com a época de então. Isso faz do teatro vicentino uma obra crítica e atual.

O Auto da Barca do Fisco, à semelhança da peça escrita por Gil Vicente, critica o modo de vida distorcido de vários elementos da sociedade contemporânea. Ao trabalho, foram também adicionados elementos do teatro moderno, tomando como fonte de inspiração *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna. Este segundo trata da intervenção da compadecida que procura ressaltar o lado bom das pessoas, e que, portanto, traz consigo uma mensagem de esperança de que o bem e o mal habitam dentro de todos, mas que o mal só predomina quando o sujeito é submetido a dificuldades extremas ou a uma formação moral distorcida.

No *Auto da Barca do Fisco*, várias pessoas são condenadas ao inferno como forma de mostrar ao espectador que os crimes devem ser punidos. Apesar de algumas falhas de conduta, outros são absolvidos, devido a valores e a atitudes positivas que predominaram em suas vidas. Busca-se transmitir a mensagem de que

o país tem como mudar e que, para isso, é necessário investir na valorização de atitudes eticamente responsáveis e corretas.

2.2 Como contribuir com novos personagens para o *Auto da Barca do Fisco*

A primeira versão da peça *O Auto da Barca do Fisco* conta com sete personagens para serem julgados, sendo eles: uma empresária corruptora, um auditor-fiscal desonesto, um auditor fiscal-honesto, um preguiçoso, um prefeito desonesto, uma prefeita honesta e um advogado/deputado honesto, porém bêbado. Conta também com os barqueiros, Arcanjo Rafael e Lúcifer, e com o Juiz Arcanjo Miguel.

Por meio das falas dos personagens são apresentados princípios e conceitos da educação fiscal, bem como os dilemas éticos vividos pelo cidadão e pelo governo, no tocante à arrecadação dos tributos e sua adequada aplicação.

A peça foi estruturada para gerar parâmetros de comparação entre os personagens que exercem seu papel social e profissional com responsabilidade e ética e aqueles que buscam apenas vantagens pessoais, agindo de forma desonesta. Os personagens foram inspirados em exemplos do cotidiano, com frequência noticiados pela mídia.

Na escola, a peça pode ser montada tal como foi concebida ou pode-se fazer adaptações nos diálogos. Entretanto, solicitamos que toda montagem seja comunicada ao autor pelo endereço eletrônico mhmneto@uem.br, para que se possa ter conhecimento do número de grupos que encenaram a peça.

Em cada cidade ou em cada estado, podem existir ótimas fontes de inspiração, tanto para personagens que iriam para o céu como de personagens que iriam para o inferno. Pode-se aproveitar esses exemplos, descrevendo novos personagens e montando a própria versão da peça, combinando personagens já existentes com os novos.

A Secretaria de Estado da Educação colocará à disposição uma galeria de personagens para a Barca

do Fisco, no Portal Dia-a-dia-Educação. Para enriquecer essa galeria, solicitamos que os autores de novos personagens encaminhem as respectivas descrições para o endereço eletrônico educacaofiscalpr@pr.gov.br, anexando o texto, o nome do(a) autor(a), endereço e escola que atua, para que as informações constem no Portal. A idéia é que, a partir dessa galeria, as pessoas possam montar peças em suas escolas, escolhendo os personagens que tiverem maior significado para cada comunidade.

Sempre que a peça seja montada, sugerimos que exista um número ímpar de personagens e que o bem sempre vença o jogo.

2.3 Quando apresentar a peça

Sugere-se que a peça seja apresentada após discussão sobre os conceitos, valores e ações da educação fiscal, o que poderá ocorrer em sala de aula, em eventos ou mesmo em uma palestra, imediatamente antes da apresentação, para não se incorrer no risco de a peça perder seu propósito didático, de reforçar o trabalho já realizado com os temas pertinentes à educação fiscal.

3

TEXTO:

O AUTO DA BARCA DO FISCO

Narrador:

- Meu caro ouvinte:
Com você eu falo agora.
Não sou poeta nem escritor.
Sou apenas um cidadão
que por esta vida afora
luta pela educação.
O texto que irá ler
é de uma peça de teatro.
Com os olhos da imaginação, poderá ver
o que se passa em cada ato,
irá divertir-se e aprender.
É pretensão, mas me arrisco:
embarque agora conosco
no auto da barca do fisco.

Narrador:

- Este auto se inicia em um dia de verão.
Um piloto a torre está chamando,
ocorre a queda de um avião.
Os mortos ao céu vão chegando
em ritmo de procissão.

Cena 1

Inicialmente, ao som de um avião, o piloto desesperado chama a torre. Ouvem-se os gritos apavorados das pessoas e o avião cai. O arcanjo Rafael entra em cena, embalado pela música que toca em seu rádio. A música é interrompida por uma notícia, anunciando a queda do avião e a morte de todos os passageiros, dentre eles, vários políticos que retornavam de Brasília.

Rádio:

O Jornal Celestial informa, em edição extraordinária: "Um jatinho que fazia a rota Brasília-Porto Alegre, com escala na República Independente das Araucárias, entrou em pane e caiu, causando a morte de vários passageiros. A maioria deles, políticos. Novas notícias a

qualquer momento, no *Jornal Celestial*.

Cena 2

O Arcanjo Rafael ouve a notícia, desliga o rádio e corre para chamar São Miguel Arcanjo, para receber e julgar as almas que estão chegando.

Rafael:

- Miguel, houve um desastre com um avião! As almas estão chegando para serem julgadas.

Narrador:

- São Miguel, consternado, com o que havia ocorrido como sempre falou de um jeito rimado e tom de voz comovido:

São Miguel:

- Um avião? Meu caro Rafael, trabalharemos com ardor para decidir quem vai para o inferno ou para céu. Chame o outro condutor, Aquele que quer condenar a todos quando devia ser o réu.

Narrador:

- Como não tinha escolha, e assim fora ordenado, Rafael solicitou a presença do barqueiro amaldiçoado.

Rafael:

- Lúcifer, venha, teremos uma sessão de julgamentos.

Cena 3

Rafael toma posição próximo à barca do céu e Lúcifer se posiciona próximo à barca do inferno.

Lúcifer pergunta, ansioso:

- Qual é a nossa clientela de hoje?

São Miguel esclarece:

- Serão as vítimas de uma queda de avião: temos políticos e fiscais, gente ruim e gente de bom coração.

teremos trabalho por demais,
veja se não me faz confusão.

Narrador:

- Lúcifer com sua arrogância, logo comemora:

Lúcifer:

- Oba! Vai faltar lugar no meu barco! E aquele ali do outro lado, todo metido à bonzinho, vai ter que ir para o (com cara de nojo) Céu sozinho, com o barco completamente vazio.

Narrador:

- O arcanjo Rafael, assistente do Pai Amado, contesta de imediato a pretensão do safado:

Rafael:

- Pobre diabo, aí que você se engana! Tenho certeza que muitas almas se salvarão.

São Miguel:

- Chega de discussão!
A sessão está atrasada,
que entre o primeiro acusado de corrupção!
Desculpem, quero dizer,
a primeira alma a ser julgada.

Narrador:

- Assim que São Miguel ordena,
a alma se fez adentrar,
sua chegada no além
foi mesmo de arrasar.
Uma bela e sensual espanhola,
vestida para matar,
tocando suas castanholas
para todos impressionar.
Lúcifer cheio de orgulho,
é o primeiro a falar:

Cena 4

Lúcifer:

- Esta alma é minha, e ninguém nela vai tascar.

Rafael:

- Por que sua? Pretensioso, quem lhe deu o direito de prejulgar?

Narrador:

- Lúcifer, que já fora expulso do paraíso por querer ser igual a Deus, não resiste e mais uma vez fala com rimas, tentando imitar São Miguel:

Lúcifer:

- Já você terá a resposta, arcanjo Rafael. Diga-me, ardente senhora. O que fazia na terra para merecer o céu?

Alma:

- Eu era muito rica, dona de uma grande empresa: tinha muitos empregados, a quem eu adorava maltratar! Era um bando de miseráveis que trabalhava por um salário de fome e que jamais se queixava por não ser registrado e não desfrutar dos seus diretos trabalhistas.

Lúcifer:

- Sua empresa dava lucro?

Alma:

- É claro que dava. Muito lucro!

Lúcifer:

- Você ajudava algum asilo ou creche, ou qualquer outro grupo de pessoas necessitadas?

Alma:

- É claro que não! O que eu tinha a ver com a vida dos outros? Eles que se virassem...

Lúcifer:

- Como pode ver, Senhor, a mulher é um poço de egoísmo. Já posso levá-la para a barca que conduz ao inferno?

Narrador:

- São Miguel, aborrecido, concorda com Lúcifer:

São Miguel:

- É lamentável ter que lhe dar a razão, mas a conduta dela é péssima, é caso sem salvação.

Inconformado, Rafael apela:

- Por favor, Arcanjo Miguel, não a condene ainda! Talvez ela tenha feito algo de bom e em vez de ir para o inferno, poderá ir para o purgatório, que é menos ruim. Deixe-me interrogá-la.

São Miguel pondera:

- Já que todos merecem ser defendidos, isto não vou lhe negar, pois até mesmo os mais perdidos podem o bem reencontrar.

- Você foi muito audaciosa montando sua empresa no Brasil, um país onde as empresas pagam uma carga perversa de impostos. Aliás, pagam-se impostos sobre tudo: faturamento, lucro, folha de pagamento. Sua atitude foi corajosa! Vamos, diga-me, você pagava seus impostos corretamente?

Alma:

- É claro que não! Acha que eu era trouxa para ficar dando dinheiro para o governo, para político esperto roubar? Eu não! Eu sonegava o máximo que eu podia. Aliás, eu montei minha empresa no Brasil, porque era muito mais fácil sonegar: minha empresa fazia parte das chamadas empresas informais.

Rafael:

- Mas isto não é justo, porque a conta acaba sobrando para os empresários honestos, que aliás são responsáveis por 80% da arrecadação de impostos no Brasil!

Lúcifer:

- Que anjo sonhador! Já que você não confiava nos políticos e alega que sonegava por ter certeza que o dinheiro dos impostos seria roubado, por que você não contribuía para programas sociais como o fundo da infância e adolescência? Assim você poderia acompanhar de perto o destino dos tributos que você pagava...

Alma:

- Você está brincando! Ficar pagando tributo adiantado e ainda por cima para contribuir para ajudar um bando de marginais, que eu não tenho culpa nenhuma por estarem no mundo?

Lúcifer:

- Você é demais, como eu me orgulho de você!

São Miguel:

- Meu querido e bondoso Rafael, valeu sua tentativa, mas ela não merece o céu, do capeta ela era cliente cativa.

Era rica, sonegadora e amante da corrupção.
Tinha o coração tão frio
quanto os ventos do inverno,
por isso navegará nesse rio,
na barca que leva ao inferno.

Alma:

- Já vou logo avisando: posso até ir para o inferno, mas eu não vou pagar tributos nem para o capeta!

Lúcifer:

- Um a zero. Gostou?

Narrador:

- O próximo a entrar no recinto não tem cara de mau.
Tem um ar bastante distinto,
jeito de bom profissional.
Assim mesmo, Lúcifer sorri
e não hesita em afirmar,
que também aquela alma é sua,
que em sua barca vai viajar.

Cena 5 _____**Lúcifer:**

- Este também é meu, mais um gol eu vou marcar.

Rafael:

- Por que, *Coisa Ruim*, qual a acusação?
Acha que todos são seus?
Isto é muita pretensão!

Lúcifer:

- Pecado da omissão.

Rafael:

- Como assim, pecado da omissão?

Lúcifer:

- Pergunte a ele qual era a sua profissão?

Rafael:

- Diga-me, qual era sua profissão?

Alma:

- Auditor-Fiscal.

Lúcifer:

- Agora sou eu que pergunto: você recebeu treinamento sobre educação fiscal?

Alma:

- Sim!

Lúcifer:

- Você sabe qual é a importância social do tributo?

Alma:

- Claro que sei! O tributo tem por finalidade promover uma melhor distribuição da renda e possibilitar a existência de serviços públicos de qualidade para a população, como pavimentação de ruas, escolas públicas, serviços de saúde, entre outros.

Rafael:

- Desta vez você se deu mal, ele aprendeu direitinho os princípios da educação fiscal.

Não tem por que ir para o inferno, monstrengo cara de pau!

Lúcifer:

- Você está enganado arrogante angelical! Aguarde a reviravolta da minha próxima pergunta, e verá que esta é mais uma alma que à minha expedição se junta. Diga-me, ó bem informada alma, a quantas pessoas você ensinou o que aprendeu?

Alma:

- Para ninguém. Eu estava muito ocupado para me preocupar com estas baboseiras. E confesso que, educar pessoas para pagarem tributos e fiscalizar a boa aplicação do dinheiro público, nunca me atraiu. Mas multar... e pegar os espertinhos no pente fino sempre me deu um grande prazer! Aliás, esse prazer era maior ainda quando rolava uma *boladinha* em dinheiro ou um bom presente para eu não levar em frente o que eu havia descoberto. Lógico, que tudo de forma muito discreta...

Rafael não esconde a indignação:

- É lamentável que você pensasse assim, pois poderia ter salvo muitas pessoas e a si mesmo, se as tivesse educado e contribuído para uma sociedade melhor.

São Miguel sentencia, por mais que lhe doa:

- Crueldade e desonestidade

do que sabia – omissão é mesmo uma temeridade que não merece perdão. Sua vaga está garantida a bordo da barca do cão.

Lúcifer provoca Rafael:

- Dois a zero! E lá está vindo outro Fiscal.

Narrador:

- Lúcifer tão animado fica que se antecipa a São Miguel, A próxima alma anuncia com cara de maior, na certeza de que ela jamais ganhará o céu, por se tratar de agente da justiça fiscal. Rafael, indignado, questiona sua certeza, apesar de sua nobreza de arcanjo, dá um *chega-pra-lá* no malvado e quase esmurra a mesa.

Cena 6**Rafael:** _____

- Calma aí, não se precipite em seus julgamentos! Vamos ouvir primeiro a alma e analisar seus argumentos.

Diga-me com sinceridade:

- Você foi uma pessoa comprometida com a profissão?

Alma, com grande serenidade fala:

- Sim, fui. Sempre procurei dar o melhor de mim. Auditei contas públicas com lisura. Denunciei irregularidades e orientei a forma correta de se fazer o recolhimento de tributos e a aplicação dos recursos públicos.

Lúcifer:

- Vai me dizer que nunca aceitou uma bolada em dinheiro para fechar os olhos para irregularidades?

Alma:

- Claro que não! Sei muito bem qual é a importância social do tributo.

Rafael:

- E você ensinou para alguém o que sabia?

Colaborou para que a sociedade desenvolvesse atitudes eticamente responsáveis?

Alma:

- Sim, colaborei: participei do grupo de Educação Fiscal do meu estado. Fiz palestras na comunidade, em escolas e associações de bairros. Sempre que eu constatava alguma irregularidade na declaração de renda de alguém, ou nas contas públicas, eu procurava orientar a pessoa e fazê-la perceber que aquela atitude não era correta.

Lúcifer:

- Ah! Que bonzinho! Deve ter brilhado muito com este trabalho.

Alma:

- Brilhar não era meu objetivo, mesmo porque sempre trabalhamos em grupo: cada um fazia a sua parte, sem querer aparecer. Para nós, o que realmente importava era o resultado do nosso trabalho.

São Miguel interpela:

- Já ouvi o suficiente,
esqueça este demônio decadente,
que ao falar destila fel:
sua vida foi decente,
dirija-se à barca do Céu.

Narrador:

- Que entre o próximo passageiro,
sentencia São Miguel
para seu anjo Barqueiro,
o arcanjo Rafael.
Uma alma vai entrando,
com a maior cara de sono;
jeito de maltrapilho,
aspecto de abandono.
Seus olhos não têm brilho,
seu corpo não tem agilidade,
o que já é suficiente
para Lúcifer dizer com maldade:

Cena 7

Lúcifer:

- Este também é meu! Durante toda a vida foi um indolente, preguiçoso. Tem de ir rapidinho para o inferno ardente!

Preguiçoso:

- Rapidinho não! Quero ir bem devagarzinho, estou tão sem energia, tô com uma vontade de fazer nada...

Lúcifer:

- Viu, Senhor juiz, é um grande preguiçoso. Entregue-me logo o sujeito.

Rafael:

- Esse pobre homem passou por grandes privações durante toda a vida. Nasceu pobre, prematuro, cresceu em um barraco apertado, privado de alimentos e até mesmo de carinho, pois o pai e a mãe trabalhavam fora. A maior parte do tempo aquela pobre e indefesa criança passava trancada em casa, sozinha.
(o preguiçoso cochila enquanto é julgado)

Lúcifer:

- E por que quando cresceu, não tomou as rédeas da própria vida? Isto não justifica, tem que ir para o inferno sim! Diga-me, ó indolente, você é ou não é um acomodado?

Preguiçoso:

- Sei dizer não...

Rafael:

- Como não sabe? Defenda-se pobre homem, ou melhor, eu mesmo o defenderei:
- Senhor juiz, este homem cresceu desnutrido, pouco aprendeu na escola porque a desnutrição profunda e a falta de estímulos no lar lhe dificultavam a aprendizagem. Pobrezinho, em casa, comia só pão amanhecido, arroz e farinha, proteína que é bom, quase nunca! Na escola que ele frequentou, a merenda era péssima, porque o dinheiro havia sido desviado por políticos corruptos. Quando se tornou adulto, conseguir um emprego decente foi muito difícil, por isso teve que se submeter a um subemprego, viver catando lixo, e muitas vezes alimentando-se do que os outros jogavam fora.

Lúcifer:

- E o que ele estava fazendo em um avião?

Preguiçoso:

- Isso eu posso explicar. Eu estava tirando um

cochilo perto do meu barraco. De repente, ouvi um barulho de avião despencando na minha direção. Até pensei em correr, mas faltou coragem... Quando acordei, estava aqui em cima, no meio deste monte de bacanas.

Rafael:

- Senhor juiz, se este homem tivesse oportunidades em vida, se fosse bem alimentado, se tivesse uma boa escola, ele não teria vivido assim tão miseravelmente.

São Miguel fala, sem hesitação:

- Este caso aqui se encerra.
Rafael está com a razão,
o inferno ele já viveu na terra,
que se dane a acusação:
desnutrição não é preguiça
nem pecado capital,
vá contendo sua cobiça,
representante do mal!
Se aqui estivesse Maria,
ela o cobriria com seu véu,
e em seus braços o levaria
para a barca que conduz ao Céu.

Rafael:

- Dois a dois! O bem reage e empata o jogo.

Narrador:

- Diante de tal empate,
Lúcifer perde a certeza
de que venceria o embate.
Mais antigo que a natureza
bem e mal sempre disputando
em um eterno jogo,
um ao outro se contrapondo
como a água e o fogo.
Com medo de ser derrotado,
e desprestigiar o seu canto,
e desrespeitar o seu canto,
e desrespeitar o seu canto,
resmungando o endiabrado:

Lúcifer:

-Vamos ver quem é o próximo "Santo"
que entrará para ser julgado?

Cena 8

Assim que Alma entra, São Miguel lhe pergunta:

- O que você fazia na terra?
Responda com sinceridade,
vê se na resposta não erra,
aqui só vale a verdade.

Alma:

- Eu era prefeito.

Rafael:

- Diga-me, por favor, o que o senhor fez de bom para as pessoas de seu município?
Sem nenhum escrúpulo o prefeito respondeu:
- Ah! Eu fiz muitas coisas boas. No centro da cidade tinha uma praça muito bonita, mas meio antiga. Mandei quebrar tudo e refiz tudo bem arrojado, muito moderno. Comprei todo o material de uma empresa do meu irmão, por um preço caprichado. O coitado era muito pobre, depois da reforma dessa praça ele ficou rico, tão rico que até me deu de presente uma viagem para a Europa.

Lúcifer:

- Muito bem! Vejo que você não ficou gastando dinheiro com aquela gente miserável da periferia.

Alma:

- Claro que não! Deixei o esgoto a céu aberto, as ruas sem calçamento, e somente perto das eleições é que dava uma camisetinha aqui, uma cestinha básica ali. Pobre se contenta com pouco, ainda agradece e vota.

Rafael:

- Você não está vendo que assim você será condenado? Diga alguma coisa realmente boa que você fez! Você aplicou bem o dinheiro público? Pagou bons salários aos professores? Ofereceu uma boa merenda escolar?

Lúcifer:

- Pobre e inocente anjo! Você não se deu conta que este é dos meus? Fiquei daqui observando e achei genial uma jogada que ele fez com o açougueiro!

Rafael:

- Jogada, que jogada?

Alma:

- Eu explico. Foi uma jogada e tanto! Fiz um acordo com o açougueiro: ele me dava nota fiscal de carne de primeira e mandava para as escolas pelanca e osso. Mas não se preocupe, dava um ótimo caldo, quando misturado com fubá ou com macarrão vagabundo, do jeitinho que pobre precisa. Esse negócio foi dos bons, com o dinheiro que eu economizei, quer dizer, desviei, comprei um carro esporte zerinho para mim e outro para o açougueiro.

Lúcifer:

- Você é esperto! Muito esperto, se tivesse continuado vivo chegaria a Senador!

Rafael:

- Mas e o povo de sua cidade, não se indignava?

Alma:

- Indignava-se coisa nenhuma! Podiam falar uma coisinha aqui, outra ali, mas nada que um bom foguetório e uma festa na praça da cidade, com apresentação de dupla caipira, patrocinada pela prefeitura, não apagasse da memória. Eta, povinho desligado! Nunca ninguém cobrou da prefeitura uma prestação de contas!

Rafael:

- Tenho fé na humanidade e tenho certeza que um bom trabalho de educação fiscal irá mudar esta realidade.

Lúcifer:

- Alguma dúvida, Senhor Juiz?

São Miguel:

Diante de tanta frieza,
maldade e corrupção,
só me resta uma certeza,
por mais que me cause tristeza,
esta alma pertence ao Cão.

Lúcifer:

- Três a Dois! O inferno vira o jogo, torcida diabólica!

Narrador:

- Rafael inconformado
com mais uma vitória
do anjo renegado,
com a vida ilusória
que tantos haviam levado,
corrompendo, enganando,
sonhando o que é devido,

vai logo se antecipando,
sem medo de ser atrevido.
Dirige-se à próxima alma,
é de uma distinta senhora
e o que ela fazia na terra,
pergunta-lhe sem demora.

Cena 9**Rafael:**

- O que você fazia na terra?

Alma:

- Eu era prefeita.

Lúcifer fica empolgado:

- Oba! Mais um passageiro pro meu barco.

São Miguel interpela, preocupado:

- Contenha-se representante de Satanás,
pai de toda desavença!
A prefeita será ouvida,
não antecipe a sentença.

Narrador:

- Lúcifer, muito arrogante e partindo, erroneamente, do princípio de que todo político é desonesto, aproxima-se da prefeita, coloca os braços ao redor de seus ombros e diz com ar de intimidade:

Lúcifer:

- Diga-me, colega, quais os golpes que você aplicou?

Narrador:

- A prefeita se afasta imediatamente e com ar de superioridade coloca o tinoso no seu devido lugar:

Alma:

- Não sou sua colega e não apliquei golpe nenhum! Procurei conduzir a prefeitura com muita dignidade e ética. Posso até ter cometido algum pequeno erro mas, com certeza se isto aconteceu, não foi intencional.

Rafael não contém a felicidade e exclama:

- Muito bem! Mostre aí para o representante do mal

que temos muitos políticos honestos, empenhados em cumprir bem o seu papel, em utilizar o dinheiro público para o bem do povo. Conte para ele o que você fez pela educação no seu município.

A prefeita, com orgulho, responde:

- Bem, eu destinei recursos para construir creches, ampliar escolas, contratar professores com salários dignos. Sempre me preocupei em ouvir a população dos bairros e, juntos, decidíamos as prioridades da prefeitura, já que as necessidades são muitas. Ao contrário do prefeito que me antecedeu, contratei nutricionistas e oferecemos merenda escolar de qualidade.

Lúcifer:

- Vai querer me convencer de que nunca desviou nenhum dinheirinho?

Alma:

- Claro que não desviei! O dinheiro público vem dos tributos que os cidadãos pagam, até mesmo os mais pobres. Como eu poderia desviar recursos sabendo que quem ganha salário mínimo, quando compra roupas, comida, quando paga a conta de água, está pagando impostos embutidos no preço dos produtos? Muito pelo contrário! Juntei-me ao Grupo de Educação Fiscal do Estado e fizemos um trabalho com os professores e toda a população, para que as pessoas soubessem do seu dever de pagar os tributos e do seu direito de cobrar da prefeitura uma prestação de contas de forma que entendessem e soubessem para onde foi sua contribuição.

O Arcanjo Rafael não contém a felicidade:

- Que exemplo maravilhoso! Então, em seu município, todos devem saber que o tributo tem uma grande importância social!

A prefeita responde, sem hesitar:

- É claro! A maioria tem consciência de que o tributo deve ser utilizado para garantir serviços públicos de qualidade para a população e para reduzir as diferenças de acesso a bens e serviços.

Lúcifer, inconformado, tenta destruir aquele momento de felicidade:

- É, mas agora você morreu! Quem sabe seu substituto abra espaço para o meu reinado?

A prefeita aproveita para enquadrar o mal-

vado:

- Pobre diabo! Meu povo está muito bem educado e saberá reagir diante da primeira falcatrua que alguém ousar aprontar!

Rafael, sem esconder a satisfação, dirige-se a São Miguel:

- Alguma dúvida, Senhor Juiz?

Narrador:

- São Miguel não disfarça o orgulho que sente, a Rafael e Lúcifer, dirige a palavra:
- O que esta fez esta prefeita, fosse em verso ou fosse em prosa, poucas vezes já se viu. Pena que tão cedo da vida terrena partiu, mas o povo com ela aprendeu e não deixará brecha para o mal, zelará pela sua memória e pela educação fiscal.

Rafael ergue os braços, pula e comemora:

- Três a três! O bem empata novamente! Vamos para o meu barco, chega de agonia, na terra você foi exemplo de vida e de cidadania.

Lúcifer, ao sentir seu reinado ameaçado, queixa-se a São Miguel:

- Assim não dá, seu juiz! Afinal de contas, esta peça é inspirada no *Auto da Barca do Inferno* ou no *Auto da Compadecida*? Tanta gente se salvou, que daqui a pouco vão dizer que o inferno não é mais necessário e vão cortar as verbas para aquisição do combustível que mantém aceso o fogo do inferno!

São Miguel, neste momento, esquece de suas rimas e discursa:

- Que o todo Poderoso o ouça e dê aos humanos a coragem para lutar pelo que é correto! Que as novas gerações se inspirem nos bons exemplos e sejam educadas de forma ética! Que a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a justiça sejam os guias da sociedade e que o barco de Satanás navegue sempre vazio!

Lúcifer, inconformado, esbraveja:

- É duro participar de um jogo em que o juiz é tendencioso!

São Miguel, visivelmente contente e com voz firme, ordena:

- Que o próximo entre logo, para a sessão encerrar.
Para a Virgem Maria, rogo:
Ajude-nos a este jogo ganhar.

Narrador:

- Entra um sujeito elegante de terno e engravatado, com jeito cambaleante, tom de voz meio arrastado. Constituição em uma mão, garrafa do outro lado. Não resta nenhuma dúvida: estava bêbado, o coitado! Por ser a bebedeira um pecado capital, Rafael pensa: “que besteira o Bem será vencido pelo Mal”. Ciente da imensa e divina compaixão, pondera: a quem se arrepende quando erra, Deus concede o perdão. O que você fazia na terra?
- pergunta logo ao varão.

Cena 10**Alma toma mais um gole da bebida que traz em sua mão e responde:**

- Eu existia.

Lúcifer exultante afirma:

- Um filósofo? Esse é meu!

Alma esclarece:

- Não, eu não era filósofo. Era advogado.

Lúcifer, sempre precipitado e querendo arastar todos para o inferno, argumenta:

- Não disse que era meu? O que não falta no inferno são advogados. Se eu bobear, encontram uma brecha na Constituição das profundezas e tomam o meu poder. Eles estão por toda parte! Até eu e o Ricardinho Beira-Oceano temos um advogado que nos defende!

São Miguel, a essa altura, não disfarça a**preocupação e não se contém:**

- Eta jogo complicado!
A partida parece decidida,
O Céu está ferrado,
valei-nos, ó compadecida!

Rafael, apesar de tenso, mantém a esperança:

- Espere, vamos ouvir o homem.

Lúcifer, com a certeza de que a alma é sua, ironiza:

- Ouvir para quê? Não precisa. Eu vi a ficha dele. Ele era advogado por profissão, deputado por eleição e bêbado por opção; portanto, essa alma é minha e ninguém tasca!

Rafael, contra todo e qualquer tipo de discriminação, contesta:

- Alto lá! No Céu, temos muitas almas de advogados que em vida defenderam causas justas, trabalharam em projetos como voluntários, inclusive numerosos deputados honestos que lutaram pelo bem do povo.

Lúcifer, ao se apegar ao seu principal trunfo – a bebedeira –, interroga:

- E o que você tem a me dizer sobre o fato de ele ter chegado bêbado a este tribunal?

Rafael, sem maiores explicações, responde:

- Com certeza ele tem seus motivos registrados na mente.

Alma parafraseia Jânio Quadros e comenta:

- Eu bebi porque era líquido, porque se cerveja e whisky fossem sólidos eu os comeria! Mas confesso que comecei por brincadeira e depois me tornei escravo da bebida porque, mesmo quando não queria, eu bebia.

Lúcifer comemora:

- Vem logo comigo! É quatro a três para o inferno! Venci!

São Miguel, desesperado, apela:

- Virgem Maria! Ajudai-nos, por favor!
Para vencer esta batalha só mesmo com seu amor!
(Exclama de lado).
Espere, demônio teimoso.

Somente a tirania o satisfaz.
O que você fez de bom?
Conte logo meu rapaz
ou então irá parar
nas garras do Satanás.

Rafael, visivelmente irritado, alerta:

- Veja bem o que vai responder, doutor! Que tipo de advogado você é? Não vai se defender? Vai entregar a rapadura? Está três a três, hein!

Depois de algum silêncio, o que deixa todos ansiosos, Alma fala:

- Deixe-me ver. Deixe-me pensar (fazendo esforço para lembrar e depois enumerando). Fui escoteiro e fiz boas ações, será que conta? Visitei os velhinhos e fiz teatro para órfãos, mas na verdade eu me divertia mais que todos eles, então não conta...

São Miguel não se agüenta e esbraveja:

- Como assim não conta?
Qual foi a barata tonta,
a cabeça de jumento
que lhe disse que para ajudar o próximo
é preciso sofrimento?

Lúcifer interrompe e argumenta:

- Claro que tem de sofrer! Cristão tem cruz! Tem que sacrificar, queimar como mártir, ou então não vale, não vai para o Céu (argh!).

Narrador:

- Rafael não se conforma com a interpretação distorcida que Lúcifer tenta imprimir aos fatos...

Rafael:

- Que besteira! Isso era só metáfora, parábola: perder a vida era perder o seu velho modo de vida egoísta. Era morrer para a vida egoísta e nascer para a solidariedade e o amor ao próximo.

O advogado, parece iluminar-se e diz:

- Ah é? Então peço meu *habeas corpus*!

Todos estranham e interrogam:

- *Habeas corpus*?

Narrador:

- Lúcifer, ao perceber que o advogado está tentando utilizar um artifício jurídico válido na terra para livrar-se do inferno, fala com escárnio.

Lúcifer:

- Está maluco? Você morreu. Que corpo o quê! Ligue-se!

Narrador:

- Alma se desculpa, mas, mediante os argumentos dos Arcanjos Rafael e Miguel, fica mais forte.

Alma:

- Desculpe-me. É vício de profissão. Mas se não tinha que sofrer para me salvar, confesso então que me diverti muito fazendo todo aquele programa de educação fiscal.

Lúcifer comenta, indignado:

- Detesto educação, principalmente fiscal! Tem de sonegar! Tem de roubar dinheiro público, enrolar o orçamento. Tem de tirar dos pobres e miseráveis. Isso são fatos geradores de condenação pra valer! Assim o inferno continuará abastecido. Essas almas são o meu tributo! O meu imposto! A base de cálculo é a humanidade inteira e o imposto a ser pago é enorme! Dá alma pra caramba! Tenho meus direitos!

São Miguel percebe que precisa intervir para acalmar a ira de Lúcifer:

- Anjo maldito! Você tem que se acalmar!
Dê um tempo ao deputado,
para seu projeto explicar.
Só depois de nós ouvirmos,
poderemos avaliar.

Alma:

- Meu não! Não era de ninguém. Quer dizer, era de todos. Era público.

Rafael, curioso:

- Público? De todos? Qualquer um podia? Mas isso era uma bela democracia e um grande exercício de cidadania!

Lúcifer, cada vez mais irritado, provoca:

- Cidadania? Você está falando daquela baboseira de deveres do cidadão? O negócio é ter direitos. Direitos, entendeu? Deveres são para os manés!

Rafael:

- Alma, continue! Deixe o Diabo de lado.

Alma então diz com satisfação:

- No ensino de educação fiscal, deixávamos as vaidades de lado e nos organizávamos. Cada um fazia uma parte e o todo se completava, sem stress: ensinávamos às crianças e aos adultos o que era tributo e como acompanharem o orçamento público.

Lúcifer:

- O que é isso? (argh!) Que coisa mais chata! Isso é um castigo infernal. Pagar impostos e acompanhar orçamento! Quem agüenta? Meu caro, você tem um futuro brilhante no inferno! Vá por mim, venha comigo. Vamos fazer uma parceria e erguer o império do Mal! Huá, huá, huá...! (gargalhadas infernais)

Alma tenta confundir Lúcifer:

- Ora! Como pode alguém conhecer o Bem sem saber o que é o Mal? Você é aquele que, querendo fazer mal, acaba fazendo bem, afinal. Pois muitos, por medo, deixam de cometer grandes barbaridades.

Lúcifer:

- Sacrilégio! Acho que já ouvi isso antes... (desconfiado), mas pare de filosofar e me diga: o que aconteceu com os panacas que fizeram a Educação Fiscal? Aposto que pagaram mais impostos e morreram todos de rai-va com os serviços públicos infernais.

Alma:

- Que nada! Na República das Araucárias, a cidadania pegou! As pessoas entenderam que da morte e dos impostos ninguém escapa! Olhe eu aqui. Até a minha alma será um tributo ao céu ou ao inferno. As pessoas viram que já tinham que pagar os impostos para financiar os serviços públicos do Condomínio Brasil, era melhor acompanhar o orçamento e garantir a aplicação dos recursos onde moravam. E pararam de cair na lorota dos maus políticos.

Lúcifer:

- Santo golpe! Você é dos meus! Com o aumento da arrecadação vocês puderam embolsar uma quantidade maior, não foi isso que aconteceu?

Alma:

- Não! A população vigiou o orçamento, pediu prestações de contas aos administradores públicos e com isto a educação e a saúde melhoraram. A renda foi mais bem distribuída e o país cresceu, cresceu e cresceu. E eu me diverti com o grupo, vendo o aperto que passaram os maus políticos.

São Miguel, convencido, sentencia:

- Absolvido! O sujeito vai pro Céu!
Conduza-o para sua barca, Arcanjo Rafael.

Lúcifer, inconformado, dá a última cartada:

- Peraí! Bêbado no céu?

Rafael, sem hesitar, responde:

- Falta menor, diante do conjunto da obra.

Lúcifer fica transtornado:

- Com mil diabos! Fui vencido! Quatro a três para o céu! Assim eu não agüento. Desse jeito, o inferno vai acabar e vou ficar na Rua da Amargura!

Narrador:

- São Miguel não se contém ao ver que o Bem venceu o Mal e exclama muito contente "Bem-dita educação fiscal!"
O arcanjo Rafael discursa com empolgação, improvisa um Hallel junto à embarcação com uma mensagem de esperança para toda a população.

Cena 11**Rafael:**

- O Bem vence o jogo, provando que o mundo tem salvação e esperamos que na próxima partida os resultados sejam ainda melhores. Isto dependerá de cada um de vocês que hoje são torcedores e que no futuro também disputarão esta partida, quer dizer, sendo julgados. Vamos à ação.
Que bonito é ver o povo educar-se, a desonestidade acabar e o país melhorar!
Que bonito é ver tanta gente participar, auditores, professores, delegados, diretores todos colaborando.
Que bonito é ver tantos políticos honestos, investindo em saúde, infra-estrutura e educação, que bonito é todos dizerem *Não* à corrupção.

(Música de fundo enquanto os atores recebem os aplausos.) *Texto disponível no Portal da Educação.*